ANAIS DO
V ENCONTRO DE
PESQUISA JURÍDICA Anhanguera
O DIÁLOGO ENTRE A SOCIEDADE,
O ESTADO E A CONSTITUIÇÃO –
SÉRIE ESPECIAL:
O DIREITO E AS NOVAS TECNOVOLOGIAS

O DIREITO E AS NOVAS TECNOLOGIAS: DESAFIOS E PERSPECTIVAS

Autor(res)

Cintia Batista Pereira
Lara Fabian Alves Da Silva
Vamberth Soares De Sousa Lima
Andrezza Feltre Da Cunha Peixoto

Categoria do Trabalho

Trabalho Acadêmico

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA

Introdução

A evolução tecnológica tem transformado profundamente a sociedade, trazendo novos desafios e oportunidades para o Direito. O desenvolvimento de inteligência artificial, big data, blockchain e outras inovações impacta diversas áreas jurídicas, desde a proteção de dados até questões de responsabilidade civil e penal. O avanço tecnológico exige adaptação das normas legais e dos operadores do Direito, que precisam compreender e lidar com as implicações dessas mudanças. O crescimento do ambiente digital, o uso de algoritmos na tomada de decisões e a automatização de processos judiciais são apenas algumas das questões emergentes que exigem reflexão. O Direito, como instrumento regulador das relações sociais, deve acompanhar esse progresso, garantindo segurança jurídica e proteção aos direitos fundamentais. Esse cenário impõe a necessidade de atualização legislativa, capacitação de profissionais e debates sobre ética e responsabilidade no uso das novas tecnologias.

Objetivo

Este trabalho tem como objetivo analisar a relação entre o Direito e as novas tecnologias, destacando os desafios e adaptações necessárias para garantir a proteção dos direitos fundamentais diante da inovação.

Material e Métodos

A pesquisa foi desenvolvida a partir de revisão bibliográfica de artigos científicos, legislações nacionais e internacionais, além de estudos de casos que demonstram o impacto das novas tecnologias no campo jurídico. A metodologia utilizada incluiu análise crítica dos textos, buscando compreender como a legislação tem se adaptado às inovações tecnológicas e os desafios enfrentados pelos profissionais do Direito. Foram explorados conceitos jurídicos relacionados à proteção de dados, inteligência artificial e automação de processos, assim como casos emblemáticos que ilustram as dificuldades e avanços na implementação de normas reguladoras.

Resultados e Discussão

Os avanços tecnológicos trouxeram benefícios para a área jurídica, como maior celeridade nos processos e otimização da análise de dados. No entanto, desafios como regulamentação clara, ética no uso de algoritmos e

proteção de dados sensíveis persistem. A Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) é um exemplo de avanço na proteção de informações pessoais no Brasil, alinhando-se ao GDPR europeu. O uso da inteligência artificial na tomada de decisões judiciais gera preocupações sobre imparcialidade e supervisão humana. A automação de contratos via blockchain desafia conceitos tradicionais do Direito, exigindo adaptações legislativas para garantir validade e segurança às partes envolvidas. O Direito precisa evoluir junto às novas tecnologias, equilibrando inovação e proteção jurídica.

Conclusão

A relação entre o Direito e as novas tecnologias exige adaptação contínua das normas e dos profissionais jurídicos. A inovação traz oportunidades de modernização, mas também desafios éticos e regulatórios. A legislação deve acompanhar esses avanços para garantir segurança jurídica e minimizar riscos. O aprimoramento dos operadores do Direito e o debate sobre os impactos tecnológicos são essenciais para alinhar essas mudanças aos princípios fundamentais da justiça.

Referências

BRASIL. Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD). Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018. EUROPEAN UNION. General Data Protection Regulation (GDPR). 2016. LOUREIRO, C. M. Inteligência artificial e Direito: desafios regulatórios. Revista Jurídica de Inovação, 2021. SILVA, F. S. Blockchain e contratos inteligentes: perspectivas jurídicas. São Paulo: Editora Jurídica, 2020.